



UM ESTUDO SOBRE O CONCEITO DE SOCIALIZAÇÃO A PARTIR DE AUTORES CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA

Luana Lopes¹  

Resumo

A socialização é tratada como um tema clássico de discussão para as teorias sociológicas, ainda que os primeiros teóricos não concentrem suas teorias na definição deste conceito, adentravam ao debate sobre o indivíduo e a sociedade. Este artigo aborda a discussão do conceito de socialização a partir dos teóricos clássicos da sociologia. O objetivo é apresentar as aproximações e os distanciamentos teóricos entre Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, que serviram de base para a elaboração das definições sociológicas contemporâneas sobre a socialização.

Palavras-chave: Socialização; Sociologia clássica; Socialização e os clássicos.

Como citar

LOPES, Luana. Um estudo sobre o conceito de socialização a partir de autores clássicos da sociologia. *Educação em Análise*, Londrina, v. 10, p. 1-16, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939.2025.v10.50533.



¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora substituta do Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis - Santa Catarina, Brasil. Endereço eletrônico: luanalopes.cso@gmail.com.

A STUDY ON THE CONCEPT OF SOCIALIZATION FROM CLASSICAL AUTHORS IN SOCIOLOGY

Abstract: Socialization is treated as a classic theme of discussion for sociological theories, even though the early theorists did not focus their theories on defining this concept; they entered into the debate about the individual and society. This article addresses the discussion of the concept of socialization from the perspective of classical sociological theorists. The objective is to present the theoretical approaches and divergences between Karl Marx, Émile Durkheim, and Max Weber which served as the basis for the development of contemporary sociological definitions of socialization.

Keywords: Socialization; Classical sociology; Socialization and the classics.

UN ESTUDIO SOBRE EL CONCEPTO DE SOCIALIZACIÓN A PARTIR DE AUTORES CLÁSICOS DE LA SOCIOLOGÍA

Resumen: La socialización se trata como un tema clásico de discusión para las teorías sociológicas, aunque los primeros teóricos no concentraron sus teorías en definir este concepto; entraron en el debate sobre el individuo y la sociedad. Este artículo aborda la discusión del concepto de socialización desde la perspectiva de los teóricos sociológicos clásicos. El objetivo es presentar los enfoques teóricos y las divergencias entre Karl Marx, Émile Durkheim y Max Weber que sirvieron de base para el desarrollo de definiciones sociológicas contemporáneas sobre la socialización.

Palabras clave: Socialización; Sociología clásica; Socialización y los clásicos.

Introdução

Este artigo tem o objetivo de discutir a noção de socialização para os clássicos da sociologia: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Ainda que, exceto por Durkheim, tais autores muitas vezes não tenham abordado tal conceito de maneira circunscrita, é possível identificar na vasta produção intelectual destes teóricos a presença de definições sobre o processo de socialização. Isso porque, a problemática em torno da noção de socialização sempre esteve presente como problema cerne das teorias sociológicas, por conta do clássico debate envolvendo o indivíduo *e a* sociedade.

A opção de sistematizar as definições da noção de socialização pelas teorias clássicas se dá pelo seguinte motivo: é a partir dessa discussão inicial que as teorias contemporâneas foram construídas. Desta forma, complexifica a noção a partir das demandas do mundo contemporâneo e as inúmeras possibilidades de socialização a partir da diversificação de instituições sociais, dos meios de comunicação e que passaram a vislumbrar a ação na escala individual.

Este artigo está organizado em duas seções. A primeira delas concentra-se na elaboração da socialização como um problema clássico da sociologia enquanto ciência, embasada em autores referência na discussão da socialização contemporânea e que, por vezes, retomam esse problema clássico. Inclusive, com as teorias clássicas, para a contemplação de estado da arte ou tecendo críticas visando e apontando novas possibilidades de superação dessas teorias. Posteriormente será apresentado definições da noção de socialização a partir de consensos na literatura sociológica e, por fim, a discussão teórica para os autores clássicos, Marx, Durkheim e Weber.

A socialização como problema clássico da sociologia

Como já destacado anteriormente, a socialização configura-se como uma questão substancial para as teorias sociológicas, ainda que alguns teóricos não tratem da socialização como um conceito ou noção de modo circunscrito.

O termo ‘socialização’ faz parte desses conceitos básicos da sociologia (e também da antropologia e da psicologia social) que possuem tantos universos de significação

quantos são os pontos de vista sobre o ‘social’. Por isso, as teorias da socialização praticamente não se distinguem das grandes teorias das ciências sociais (Dubar, [1997] 2005, p.xxv).

As motivações e a duração das ações dos sujeitos se transformaram em uma relevante questão a ser explicada, fazendo com que “[...] desde os grandes fundadores, a sociologia procura aprender como as mais variadas experiências se sedimentam em maneiras mais ou menos duradouras de ver, de sentir e de agir” (Lahire, 2015, p. 1397). Assim sendo, as construções teóricas acerca da socialização integram uma “tradição” do pensamento sociológico e, para as teorias clássicas, era analisada a partir do projeto de investigação e explicação das mudanças sociais e com isso, a relação dos homens. Essa elaboração foi feita com base na ideia de sociedade moderna e de fatores históricos e sociais como, por exemplo, as duas grandes revoluções, a Industrial e a Francesa, que são caracterizadas como marcos históricos que “[...] mexeram profundamente nas estruturas da sociedade, desencadeando novas relações econômicas, novas formas de organização política e ainda concepções e representações culturais” (Sell, 2010, p. 16). Ou seja, a teorização sobre a socialização dos indivíduos para a sociologia clássica concentra-se imersa em uma teorização sobre o ordenamento social, marcada pela mudança das sociedades tradicionais para as sociedades modernas que implicou “[...] em uma profunda ruptura com o passado, trazendo novas formas de organizar a produção (economia), a distribuição do poder (política) e a compreensão da existência (cultura)” (Sell, 2010, p. 17).

Breves definições acerca da noção de socialização

O sociólogo francês Bernard Lahire (2015, p. 1395), alerta acerca dos diferentes usos da “socialização” que frequentemente é aplicada como sinônimo de associação, de coletividade e/ou de interação e faz a seguinte observação:

[...] Fora dos usos sociologicamente controlados, acontece de a noção de socialização ser associada, no âmbito escolar, ao trabalho de inculcação de regras de vida comum – códigos de educação ou saber viver em coletividade – efetuado junto a jovens crianças. [...] Mas, em sociologia a noção de socialização reveste-se de um sentido específico. Ela designa um movimento pelo qual o mundo social – essa ou aquela “parte” dele – molda – parcial ou globalmente, pontual ou sistematicamente, de maneira difusa ou de forma explícita e conscientemente organizada – os indivíduos que vivem nela.

François Dubet e Danilo Martucelli, em um artigo publicado na revista *Lua Nova*, intitulado *A socialização e a formação escolar* (1997) elaboraram uma definição de socialização que vai ao encontro do que foi definido por Lahire (2015) na citação anterior, afirmando ser:

[...] o duplo movimento pelo qual uma sociedade se dota de atores capazes de assegurar sua integração e de indivíduos, de sujeitos suscetíveis de produzir uma ação autônoma. De imediato, a socialização é definida por uma tensão situada no centro de diversos debates sociológicos, mobilizando, de uma só vez, representações do ator e representações do sistema social (Dubet; Martucelli, 1997, p. 241).

Para além das definições de socialização como uma “[...] moldura parcial ou total difusa ou explícita” ou ainda, “um duplo movimento de tensões” os teóricos Peter Berger e Thomas Luckmann ([1966] 1985) defendem que a socialização trata-se de um processo que consiste em três momentos: a exteriorização, objetivação e a interiorização, que ocorrem sem a relação com uma marca temporal sequencial e que são resultados de um processo dialético.

De modo resumido, a interiorização corresponde à consciência sobre as práticas do outro e a sua apreensão. Isto é, reconhecer o outro por meio de suas ações e, de certa forma, compreendê-las a seu modo e por meio dos recursos que dispõe no momento. Assim, a interiorização é uma forma de incorporação do mundo social. O segundo movimento, a objetivação, trata-se da consolidação daquilo que foi aprendido por meio da interiorização da sociedade e que foi materializado – em comportamentos, normas e práticas sociais, nas artes, na língua e nas instituições – e que é reproduzido por meio da exteriorização. Por fim, a exteriorização, é a subjetivação do indivíduo sobre o mundo social por meio das percepções criadas na relação com outros indivíduos. Segundo os autores, isso ocorre pelo principal meio de socialização: a linguagem. A linguagem, que é responsável pela transmissão de significados, possibilita a reflexão interpretativa e contínua acerca das experiências individuais e coletivas a partir de um repertório cultural construído anteriormente.

Um ser humano capaz de interiorizar, objetificar e exteriorizar tudo o que advém de demandas que não sejam biológicas, passa a ser socializado e, deste modo, transforma-se em um sujeito dotado de individualidade. Independentemente da autoria das definições acerca da socialização, em linhas gerais, a literatura sociológica define a “socialização” como uma ação estritamente humana e fundamentada nas relações do ser humano com um ambiente natural e, sobretudo, com um ambiente social, cultural e histórico.

De acordo as definições elaboradas por Lahire (2015), Dubet e Martuccelli (1997) e Berger e Luckmann ([1966] 1985), a socialização excede toda e qualquer característica de aprendizado de normas e adentra às formas e estratégias de transmissão, de incorporação e reelaboração dessas práticas validando as experiências individuais e de interação entre os indivíduos diante de tais transformações e que, de certa forma, contribuem para construção das identidades. Visto que, socialização apenas poderá ser pensada a partir das relações em que um ser humano tecerá em sua trajetória, visto que, é na relação com o outro – ou seja, na coletividade – que se tem a possibilidade de constituir-se como sujeito. Excluído deste tipo de relação, haverá apenas a predisposição para a vida em sociabilidade. As definições da noção de socialização utilizadas até o momento, certamente apresentam distância da socialização para a “sociologia da socialização” (a de Marx e Durkheim), assim como, apresentam alguma aproximação com a sociologia da individuação (Weber).

Socialização para os clássicos

Diferentes teóricos se propuseram a analisar e debater acerca dos indivíduos nas suas relações sociais e, deste modo, a socialização aparece como pano de fundo das discussões acerca do materialismo e idealismo, o objetivismo e subjetivismo, do individual e do coletivo, a ação e a estrutura, o estruturalismo e a etnometodologia. Esse clássico debate produz explicações que ora aparecem como uma oposição – o indivíduo *ou* a sociedade – e ora como uma relação: o indivíduo *e* a sociedade.

Em linhas gerais, os autores fazem referência ao que pode ser considerado as duas grandes correntes do pensamento sociológico no que diz respeito a esse debate sobre o individual e o coletivo: o estruturalismo e o subjetivismo. Resumidamente, enquanto os teóricos representantes da primeira corrente desse pensamento concediam um peso determinante para a ação das estruturas sociais sob os sujeitos, aqueles vinculados à segunda, eram defensores de que os sujeitos orientavam indiscriminadamente suas ações sem que a sociedade exercesse qualquer influência. Esta exposição das teorias sociológicas clássicas iniciará pela apresentação do Materialismo Histórico-Dialético, de Karl Marx, por razões cronológicas de uma explicação para as sociedades modernas (Sell, 2010). Em seguida, serão apresentadas as teorias sociológicas Funcionalista, de Émile Durkheim e a Sociologia Compreensiva de Max Weber.

Karl Marx

A condição de indivíduo para Marx deve ser pensada de acordo com seu objetivo que era o empreendimento de uma teoria sobre “[...] modo de funcionamento do regime capitalista, com base na estrutura social, e o desenvolvimento desse regime, com base no seu modo de funcionamento” (Aron, [1965] 1999, p. 138). Ou seja, Marx queria entender o indivíduo da sociedade burguesa, sendo essa sociedade, “aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX” (Netto, 2011, p. 17).

A explicação de Marx para a constituição do indivíduo e suas interações que resulta na socialização pode ser inicialmente apresentada pela categoria trabalho, tão cara ao Materialismo Histórico-Dialético. Para Marx é o trabalho que promove o distanciamento do homem da animalidade e o aproxima da individualização. Isso porque, nenhum outro ser é capaz de agir com a intencionalidade de transformar o que é exterior a ele – ou seja, a natureza – em algum meio ou instrumento de subsistência, sendo esta uma atividade essencialmente humana. A ação de transformação do que é exterior é contínua porque a produção material que visa sanar as primeiras necessidades conduz às novas necessidades que somente são supridas a partir de novas produções. Assim, as necessidades humanas são transformadas a partir do que já foi produzido, o que demarca a característica da mutabilidade e da mediação histórica, pois, em cada estágio de desenvolvimento social, tem-se uma relação diferente com o trabalho. Para além da transformação do que é material, é o trabalho que orienta a produção da consciência e das representações sobre a política, religião, moral, etc., dos indivíduos (Marx; Engels, [1932] 1998).

No prefácio de “Contribuição à crítica da economia política” Marx (2008) afirma que é por meio do trabalho, que é “produção social da própria existência” que o homem além de transformar-se em sujeito por meio da individualização, iniciam as relações sociais.

[...] os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (Marx, [1867] 2008, p. 47).

Para Marx, os indivíduos não possuem a liberdade de escolha sobre estabelecer ou não relações sociais com outros indivíduos, visto que, tais relações são historicamente determinadas independente de suas vontades. Essa tese exclui a possibilidade de existência de uma natureza humana capaz de conter em si a racionalidade de toda uma sociedade, assim como, a impossibilidade da construção do “ser indivíduo” em completo isolamento. Para Marx ([1867] 2008,p. 239) o homem é

[...] um animal que não se pode isolar senão dentro da sociedade. A produção por indivíduos isolados, fora da sociedade - fato raro que pode ocorrer muito bem quando um civilizado, que possui dinamicamente em si mesmo as forças da sociedade, se extravia acidentalmente num meio selvagem - é algo tão insensato como o desenvolvimento da linguagem na ausência dos indivíduos que vivem e falam juntos.

Diante do que foi posto, para Marx a socialização é apresentada pela racionalidade, pelas relações historicamente determinadas e pela impossibilidade de isolamento do indivíduo fora da sociedade – já que deste modo não poderia nem mesmo desenvolver a linguagem –Marx acrescenta à essa discussão a questão da desigualdade nas relações sociais. Para compreender a desigualdade nas relações sociais é preciso adentrar aos conceitos de *infraestrutura* e *superestrutura* – que são centrais para toda e qualquer análise da sociedade para este teórico.

A *infraestrutura* tem centralidade na análise da sociedade burguesa e trata-se das estruturas econômicas da sociedade e corresponde a uma unidade formada pelas forças produtivas – matéria-prima, os meios de produção, força de trabalho e trabalhadores. Ao passo que, a *superestrutura*, concentra a esfera político-jurídica e a esfera ideológica – que engloba a educação, religião, as artes e os meios de comunicação, por exemplo.

As duas esferas estruturais da sociedade possuem atuação determinadas uma pela outra, contudo, considerando a *infraestrutura* como essencial para que a *superestrutura* exista já que, para Marx, é a partir das forças de produção que as demais relações sociais se efetivam. O que regula essas duas esferas é o trabalho. Considerando novamente a indissociabilidade entre a *infraestrutura* e *superestrutura*, Marx afirma ter na *infraestrutura* um descompasso entre os meios de produção e a força de trabalho, uma vez que, um mesmo indivíduo não é detentor dessas duas esferas. Esse descompasso resulta em relações desiguais entre os que possuem os meios de produção e aqueles que possuem as forças produtivas e as venda na forma de trabalho e, como consequência, tem-se uma sociedade dividida em classes sociais – o principal fator histórico que permeia as relações na sociedade capitalista. Uma sociedade dividida em classes

sociais é consolidada e perpetuada, essencialmente, em razão da *superestrutura*, dado que, a dominação da classe dominante para com a classe dominada faz usos de estratégia de poder que estão vinculadas à força ou à ideologia. Nesse sentido, a socialização entre os indivíduos está diretamente relacionada à vinculação dos indivíduos às estruturas sociais, como também são determinados pelas da relação de produção em que são a personificação da classe da qual fazem parte.

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, [1867] 2008, p. 47).

Deste modo, são as estruturas sociais que determinam a ação do indivíduo, sobrepondo, então, a condição coletiva ao individual. Assim, são as estruturas sociais que prevalecem na socialização dos indivíduos e estes, possuem reduzida possibilidade de alteração do que está posto nas estruturas. Ou seja, se é a *infraestrutura* que orienta a *superestrutura*, o indivíduo é resultado dessa relação.

Tendo em vista tais considerações de Marx acerca da socialização, o próximo teórico a ser exposto, de certo modo, aproxima-se do primeiro autor quando analisado a importância das estruturas sociais na condição individual.

Émile Durkheim

O teórico francês tem o objetivo de analisar as razões da integração dos indivíduos aos grupos ou instituições sociais na sociedade moderna. Isto é, Durkheim busca analisar a importância do indivíduo em sua coletividade. Para o autor, o indivíduo isolado, não é um objeto de estudo da sociologia, contudo, quanto às ações desse ser individual ultrapassam a individualidade e são compartilhadas com outros, converte-se em um objeto de análise sociológica em razão do seu caráter de coletividade. Sell (2010, p. 81) afirma que

Durkheim sustentava a tese de que a explicação da vida social tem seu fundamento na sociedade, e não no indivíduo. Esta afirmação não significa que uma sociedade possa existir sem indivíduos, o que seria totalmente ilógico. O que ele desejava ressaltar é que uma vez criadas pelos homens, as estruturas sociais passam a funcionar de modo independente dos atores sociais, condicionando suas ações.

Esse modo analítico de Durkheim – de observar a sociedade e não o indivíduo isolado – trata-se de seu método científico para as análises nas ciências sociais que. *A priori*, passa pela definição do objeto que o autor denomina como *fato social*: que são aquelas ações não orgânicas e apresentam as seguintes características: generalidade, coercitividade e exterioridade (Durkheim, [1895] 2007).

Um fato social é geral quando está presente na coletividade e não em uma ação individual, é coercitivo quando se sobrepõe às vontades individuais, sendo uma posição do todo às partes e, quanto a exterioridade, “[...] significa que o comportamento social não procede do indivíduo, mas de algo exterior a ele: a sociedade” (Sell, 2010, p. 83).

Partindo desses princípios de análise do social, Durkheim ao analisar as mudanças sociais na passagem da idade medieval para a idade moderna, conclui que um importante fator para essa alteração foi *divisão do trabalho social*, que se constitui como um regulador entre duas sociedades com características distintas: as sociedades mecânicas e as sociedades orgânicas.

Em sua obra *A divisão do trabalho social*, publicada originalmente em 1893, o teórico expõe que a *divisão do trabalho*, analisada como um fato social (isto é, sendo geral, coercitiva e exterior ao indivíduo) se trata de um fenômeno social inerente às sociedades modernas – também denominadas de sociedades orgânicas – e afirma que “por aumentar ao mesmo tempo a força produtiva e a habilidade do trabalhador, ela é condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades; é a fonte da civilização” (Durkheim, [1893] 1999, p. 15). Nesta mesma obra, o teórico empreende um conjunto de exemplos para explicar a *divisão do trabalho*, expondo que esse fenômeno pode ser identificado nas diferentes esferas da vida, desde a biologia, à vida sexual até a economia. Em cada uma das esferas a divisão corresponde a uma especialização das funções que podem ser exercidas por indivíduos ou instituições sociais, levando ao mais alto grau de especialização dos conhecimentos ou atividades. Durkheim, inclusive, assimila essa divisão do trabalho – e do mundo social – a organismos biológicos, justificando que “[...] a lei da divisão do trabalho se aplica tanto a organismos quanto às sociedades; pode-se inclusive dizer que um organismo ocupa uma posição tanto mais elevada na escala animal quanto mais as suas funções forem especializadas” (Durkheim, [1893] 1999, p. 3). Nessa analogia, cada órgão possui uma diferenciação de outros órgãos, exercem função própria, mas o funcionamento do organismo por completo depende da atuação em conjunto, sendo assim, a sociedade.

Durkheim, ao questionar as razões pelas quais os indivíduos passam a se integrar uns aos outros e assim constituírem-se indivíduos socializados, identifica a existência de um sentimento de *solidariedade* entre os membros de uma sociedade, tanto nas sociedades tradicionais, quanto nas sociedades mecânicas. Nas sociedades orgânicas – e de *solidariedade orgânica* – os indivíduos já alcançaram certo grau de diferenciação e ao reduzir a semelhança entre eles registra-se um alto nível de complexidade nas relações sociais, por conta das dependências motivadas pela função de cada indivíduo na estrutura social (Durkheim, [1893] 1999).

Os indivíduos, por mais dependentes que sejam um dos outros, passam pelo desenvolvimento da autonomia e de uma independência que possibilita, deste modo, a divisão do trabalho e suas derivações, como a divisão sexual do trabalho, a divisão internacional do trabalho, etc. Neste caso, a sociedade é marcada por extrema dependência e alto grau de consciência individual. Neste modelo de sociedade, mesmo havendo um enfraquecimento da consciência coletiva, a moral social tão presente na sociedade mecânica não desaparece das consciências e é a liberdade de cada indivíduo que torna a convivência social possível e necessária (Sell, 2010). Ou seja, é a partir de algo geral e externo aos indivíduos e que ao mesmo tempo exerce a função coercitiva que os mantém coesos.

Se a referência definidora das sociedades modernas – ou sociedades orgânicas – é a *divisão social do trabalho*, anterior a ela, nas sociedades tradicionais – também denominadas de sociedades orgânicas – há uma baixa divisão do trabalho social. Deste modo, os indivíduos são similares nas ações, a diferenciação social de funções é reduzida, assim como o grau de consciência individual, o que diminui também a diferença entre os indivíduos e, conseqüentemente, eleva o grau de semelhança e de consciência coletiva. Nesse estágio, a coesão entre os indivíduos ocorre por meio da tradição do compartilhamento de valores religiosos e morais, por exemplo. Os indivíduos muito se parecem uns com os outros e agem de acordo com as tradições da sociedade, considerando que elas são aceitáveis pelos grupos e instituições.

Independente de qual sociedade este autor esteja analisando e, principalmente, em razão do seu próprio método de análise – o exterior ao indivíduo e, deste modo, o social – Durkheim concede a primazia da sociedade ao individual. Em razão disso, a sociedade tem a função de socializar, integrar e homogeneizar os indivíduos. A educação, analisada como um *fato social*, é um fenômeno social identificado em diferentes sociedades e projetado de acordo com a construção de tipo ideal de cada uma delas, tem o objetivo de perpetuar tradições sociais,

reproduzir hábitos, práticas e crenças, independente da vontade dos indivíduos. É por meio da educação que a sociedade promove as condições necessárias para a formação dos sujeitos e garante as condições primárias para sua própria reprodução.

É evidente que o mais alto grau de integração dos indivíduos na sociedade, por vezes, pode não ser atingido. Isso ocorre quando em uma sociedade de tipo orgânica, a coesão social está marcada por fissuras ou fragmentações em suas normas ou regras sociais, assim como, o enfraquecimento dos vínculos em razão de “[...] crises econômicas, inadaptação dos trabalhadores às suas ocupações, a violência das reivindicações dos indivíduos com relação à coletividade” (Aron, [1965] 1999, p. 297).

Em situações como esta, Durkheim afirma que os indivíduos encontram-se em um estado de *anomia* – fenômeno identificado apenas nas sociedades modernas – em que a integração dos indivíduos motivada pela socialização desde a infância para a sua completa funcionalidade ocorre em tal intensidade, que o contrário é visto como prejudicial ao funcionamento da sociedade. Um indivíduo em seu estado de anomia poderá, inclusive, suicidar-se, segundo Aron ([1965] 1999, p. 298), “[...] o estudo do suicídio trata de um aspecto patológico das sociedades modernas, e revela de modo mais marcante a relação entre o indivíduo e a coletividade. Durkheim quer mostrar até que ponto os indivíduos são determinados pela realidade coletiva”.

Max Weber

A teoria de Max Weber difere substancialmente de Marx e Durkheim no que se trata da compreensão acerca da relação entre os indivíduos e a sociedade. Weber é o primeiro teórico clássico que passa a dedicar o olhar para o indivíduo em detrimento da sociedade. Aron ([1965] 1999) afirma que o empreendimento teórico de Weber “[...] leva a uma certa filosofia, que na época ainda não se chamava existencialista, mas que pertence ao tipo que, hoje, é assim chamada”.

Em primeiro lugar Weber procurou romper com o positivo metodológico, até então muito presente nas ciências sociais, como por exemplo, nos teóricos apresentados anteriormente. Deste modo, seu objetivo era distanciar-se das generalizações, por considerá-las pouco esclarecedoras dos fenômenos sociais, já que considerava que não é possível a um estudioso elaborar a análise do mesmo fenômeno em todas as sociedades.

Deste modo, é a partir de um estudo individualizante dos fenômenos sociais, expondo dados qualitativos que fazem parte da particularidade do objeto estudado, que as generalizações podem ser traçadas ao apresentar “[...] o princípio da causalidade que busca estabelecer relações entre os fenômenos, evidenciando causas que geram este mesmo fenômeno” (Sell, 2010, p. 110). Partindo de tal premissa, Weber propõe a análise da sociedade a partir do método *compreensivo*, que é quando as análises são empreendidas a respeito de sociedade específica considerando questões históricas e, além disso, considerando que ações individuais têm gênese na cultura. Aron ([1965] 1999, p. 452) faz a seguinte explicação sobre o método de análise em Weber:

[...] no domínio dos fenômenos naturais, só podemos apreender as regularidades observadas por meio de proposições de forma e natureza matemáticas. Em outras palavras, é preciso explicar os fenômenos por meio de proposições confirmadas pela experiência, para ter, o sentimento de compreendê-las. A compreensão é, por conseguinte, mediata, passa por intermediários — conceitos ou relações. No caso da conduta humana, a compreensão é, num certo sentido, imediata: o professor compreende o comportamento dos que acompanham suas aulas, o viajante compreende por que o motorista do táxi para diante do sinal vermelho. Não é necessário constatar quantos motoristas se detêm diante do sinal vermelho para entender por que razão eles agem assim. A conduta humana tem uma inteligibilidade intrínseca, que vem do fato de que os homens são dotados de consciência. Com muita frequência certas relações inteligíveis se tornam imediatamente perceptíveis, entre atos e objetivos, entre as ações de uma pessoa e as de outra. As condutas sociais têm uma textura inteligível que as ciências da realidade humana são capazes de apreender. Esta inteligibilidade não significa que o sociólogo ou o historiador compreendam intuitivamente tais condutas. Pelo contrário, o cientista social as reconstrói gradualmente, com base em textos e em documentos. Para o sociólogo, o sentido subjetivo é, ao mesmo tempo, imediatamente perceptível e equívoco.

É com Weber que questões da esfera subjetiva são inseridas nas análises sociológicas clássicas, abrindo espaço para questionar a motivação das ações individuais. Entretanto, Weber afirmava que analisar a ação de um indivíduo isolado não era de interesse da sociologia, visto que tais análises devem ser elaboradas pela psicologia, ao passo que, a sociologia busca explicar o significado das ações individuais na coletividade.

Neste sentido, “Weber defende a ideia de que o indivíduo é o elemento fundante na explicação da realidade social” (Sell, 2010, p. 107). Eis, o ponto chave para a análise sobre a socialização dos indivíduos descrita a partir do posicionamento epistemológico de Weber: investigação sociológica tem início no indivíduo, pois, “[...] não se pode presumir a existência

já dada das estruturas sociais dotadas de um sentido intrínseco” (Cohn, 2003, p. 26). Sell (2010, p. 113) comenta que “[...] a possibilidade de entender a sociedade e suas instituições passa pela análise do comportamento dos indivíduos. Tudo o que existe na sociedade, seus grupos, instituições e comportamentos são expressões e objetivações da atividade dos homens que lhes dá seu sentido e seu significado”. Assim, a socialização se encontra menos centrada na sociedade e mostra que o indivíduo tem a possibilidade de alteração da sua socialização diante das estruturas sociais. Ou seja, ele não é um mero produto da socialização, mas é um indivíduo que age orientado pela cultura e diante de diferentes motivações.

Na tentativa de refinamento do método compreensivo, Weber estabeleceu tipologias da ação social, contudo, reconhece que essa classificação de ação criada não corresponde a todas as possibilidades de ação individual, em razão de que a diversificação da ação humana é inesgotável. As ações sociais são, para Weber, referentes a fins, a valores, afetivas e tradicionais (Sell, 2010, p. 115).

A primeira tem motivações racionais, ou seja, o indivíduo determina os objetivos da ação para alcançá-la, ao passo que, o segundo tipo de ação é orientado por uma crença ou valor “[...] ético, estético, religioso ou qualquer se seja a interpretação” (Sell, 2010, p. 115), e independe o resultado alcançado. A ação social afetiva é orientada por motivações especialmente emocionais “e envolve sempre a satisfação imediata e o impulso, como a vingança [...]” (Sell, 2010, p. 115) e, por fim, a ação social tradicional que envolve os costumes e hábitos arraigados.

Todos os tipos de ação foram construídos a partir de uma escala de maior ou menor racionalidade – enquanto as ações mais se aproximam dos primeiros modelos, mais racionais elas são e quando se afastam se mostram mais irracionais. Diante disso, é possível responder o questionamento inicial de Weber sobre as mudanças ocorridas a partir da racionalização da sociedade moderna. Para o teórico, a modernidade ficou marcada pelo *desencantamento do mundo*, isto é, houve uma ruptura com os pressupostos mágicos e encantados do mundo e uma ascensão da secularização.

Isso quer dizer que “as formas da organização social e política não retiram mais a sua validade de uma visão religiosa do mundo” (Sell, 2010, p. 128). Entretanto, não há uma autonomização completa das esferas sociais, visto que, o teórico não considera a reprodução das estruturas por elas mesmas, pois “não existem vínculos objetivos entre as esferas de ação; só vínculos “subjetivos”, isto é, que passam pelos sujeitos-agentes” (Cohn, 2003, p. 29) – mais uma vez, evidenciando a centralidade do indivíduo para a reprodução das estruturas.

Considerações finais

O artigo teve como objetivo apresentar o conceito de socialização para os teóricos da sociologia clássica – Marx, Weber e Durkheim. Apesar de Marx não se dedicar a definir e explicar propriamente o conceito de socialização, na teoria do materialismo histórico-dialético, a socialização ocorre a partir da integração do indivíduo nos processos produtivos, ou seja, por meio das relações de trabalho que, posteriormente passam a organizar as relações de produção. Para Émile Durkheim, a socialização é fundamental para a coesão e a solidariedade da sociedade moderna.

Além disso, entendia a socialização como a integração do indivíduo na sociedade se dá a partir da integração por meio dos padrões de normas sociais e da adaptação à sociedade historicamente determinada. Marx e Durkheim, cada um a seu modo, são teóricos que defendem a forte determinação das estruturas e das instituições sociais na formação desses indivíduos. Em contrapartida, Max Weber, posicionado na perspectiva da sociologia da individualização e que é um teórico que abre espaço para esse tipo de análise na sociologia contemporânea, apresenta alguma autonomia na escola individual e a influência da cultura na socialização dos indivíduos, deste modo, fragmentando a modo determinante da estrutura social nos indivíduos.

Referências

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Tradução de Andrea Stabel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. **Lua Nova**, São Paulo, n. 40-41, p. 241-266, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000200011>.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LAHIRE, Bernard. A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempos e efeitos de socialização. **Educação em Pesquisa**, São Paulo, v. 41, dez. 2015. p. 1393-1404. Número Especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508141651>.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Dukheim e Weber**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CRediT

Reconhecimentos:	Não se aplica.
Financiamento:	Não se aplica.
Conflito de interesses:	Os autores certificam que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica.
Contribuição dos autores:	LOPES, L.: declara ter participado da redação do artigo, e afirma ter sido de sua responsabilidade a Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Redação – rascunho original; Supervisão, Validação, Visualização.

Submetido em: 02 de maio de 2024

Aceito em: 21 de novembro de 2024

Publicado em: 18 de fevereiro de 2025

Editor de seção: Quenizia Vieira Lopes

Membro da equipe de produção: Junior Peres de Araujo

Assistente de editoração: Martinho Chingulo